



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Isadora Dias Carneiro

**NECROPOLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA: uma análise sobre a violência armada no território da Vila
Kennedy (RJ)**

Rio de Janeiro

2022

Isadora Dias Carneiro

NECROPOLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA: uma análise sobre a violência armada no território da Vila Kennedy (RJ)

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Rio de Janeiro

2022

Isadora Dias Carneiro

NECROPOLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA: uma análise sobre a violência armada no território da Vila Kennedy (RJ)

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovada em 28/03/2022.

BANCA EXAMINADORA

Marcello de Moura Coutinho
EPSJV/FIOCRUZ

Daniel de Souza Campos
EPSJV/FIOCRUZ

Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2022

Às mulheres que me colocaram de pé na vida e sempre serviram de rede de apoio e exemplo, sendo de maior confiança de minha mãe. Fátima dos Santos Ramos (in memorian) e Nelir Alves de Assis (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha avó materna, Benedita da Silva Dias, minha maior fonte de amor, coragem e força. A principal mulher que me apresentou os valores mais importantes da vida. Se meus familiares, conhecidos e eu mesma vivemos e conquistamos tudo o que temos hoje, foi porque ela, sozinha, desde jovem, de segunda a segunda teve coragem e forças para batalhar em prol não só de sua evolução individual, mas também pensando em sua comunidade/coletivo.

Aos meus pais, Ilana da Silva Dias e Wellington Porto Carneiro, que sempre batalharam para me proporcionar o melhor e nunca me deixaram faltar nada. A todos os meus familiares, ainda que à distância sempre vibrou com todas as minhas conquistas até aqui.

Jamais poderia deixar de agradecer aos meus amigos. De ciclos em ciclos a vida me surpreende com pessoas incomparáveis com quem tenho a maior alegria de ter compartilhado momentos inesquecíveis. Em especial gostaria de agradecer à Anna Clara Leão, a melhor pessoa que eu poderia escolher para me acompanhar nessa jornada de quatro anos e meio de politécnica. Sou muito feliz e grata pelo laço que construímos. Em um ambiente onde em grande parte do tempo o estresse era predominante, nos mantemos juntas trocando sempre muito apoio, amor e fofocas.

À Laysa Santos, minha melhor amiga que sempre me forneceu suporte, ombro amigo nas madrugadas e forças para continuar. Agradeço por entender e aceitar meus momentos de indisponibilidade e pela parceria de vida. A amizade entre mulheres pretas é algo revolucionário. Essencial. Ter essa relação me fez entender a importância da identificação, da amizade real, o verdadeiro significado de “nós por nós sempre”.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio pela concessão da bolsa de pesquisa, no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) da EPSJV. E aos professores que foram primordiais na minha trajetória como estudante e indivíduo formador de pensamentos críticos.

Ao meu orientador Marcello de Moura Coutinho, que desde o segundo ano do Ensino Médio me acompanhou enquanto professor e sempre teve uma escuta e um olhar acolhedor. Agradeço por ter aceitado o convite de orientação, por estar sempre presente e pela confiança depositada em mim durante a trajetória de construção desse trabalho.

Por último e mais importante quero agradecer a mim, por aprender a me olhar com mais cuidado e acreditar em mim mesma, respeitar meus limites sabendo o momento de descansar e não desistir. Agradecer-me por celebrar cada vitória e cada passo que dei durante esse período e jamais abdicar de mim mesma e de minhas necessidades. Foram anos desafiadores e de muito amadurecimento, agradeço a todos que de alguma maneira caminharam comigo.

“Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.” (Djamila Ribeiro).

RESUMO

Pretendeu-se a partir do presente estudo, discutir o funcionamento das instituições de segurança e o quanto ela mata pessoas pretas e periféricas. Objetivou-se de forma geral, partindo de uma pesquisa sobre o bairro Vila Kennedy e a violência armada existente no mesmo, caracterizar a ação estatal partindo da análise dos conceitos de necropolítica da população negra. A abordagem metodológica adotada foi a qualitativa, tendo como referencial teórico-conceitual as contribuições de Silvio Almeida e Achille Mbembe e, a referência dos descritores: Necropolítica; Racismo Estrutural; e, Violência Armada. A pesquisa de campo teve caráter exploratório e se deu por meio de entrevistas semiestruturadas virtualmente. Os participantes foram contatados seguindo a metodologia conhecida como “Bola de Neve”. Conclui-se que, por meio do estudo realizado e das contribuições dos moradores foi possível confirmar que a violência bélica existente no bairro se configura como necropolítica, sobretudo em corpos negros.

Palavras-chave: Vila Kennedy. Necropolítica. Violência Armada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História
DOM	Diário Oficial do Município
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
OEA	Organização dos Estados Americanos
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PIC	Programa de Iniciação Científica
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Estado do Rio de Janeiro
STF	Sistema Tribunal Federal
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USAID	United States Agency for International Development
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VK	Vila Kennedy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Território da Vila Kennedy -----	17
Figura 2 – Praça da Vila Kennedy antes da Remoção -----	20
Figura 3 – Praça da Vila Kennedy após a Remoção -----	20
Figura 4 – Quantitativo de Tiroteios nas Regiões do Rio de Janeiro (Abril e Maio de 2020) ----	21
Gráfico – Região onde os Entrevistados Residem -----	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	12
CAPÍTULO 1 – ORIGEM E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA VILA KENNEDY (RJ) --	15
CAPÍTULO 2 – DISCUTINDO A NECROPOLÍTICA E O RACISMO ESTRUTURAL -----	23
2.1 O Imaginário da “Guerra às Drogas” -----	25
METODOLOGIA -----	29
. Análise das Entrevistas -----	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	42
REFERÊNCIAS -----	44
ANEXOS -----	47
. Anexo 1 – Registro do Consentimento Livre e Esclarecido para Moradores da Vila Kennedy (RJ) com 18 Anos de Idade ou Mais -----	47
. Anexo 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Moradores da Vila Kennedy (RJ) com 18 Anos de Idade ou Mais -----	50

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretendeu abordar a discussão sobre a violência armada no território da Vila Kennedy¹, situado no município do Rio de Janeiro, problematizando as concepções teórico-conceituais de Achille Mbembe² e Silvio Almeida³, quanto às suas reflexões acerca da “necropolítica” e “racismo estrutural”, respectivamente. Entende-se, que a referida violência armada tem como foco a população negra dos territórios favelizados e periféricos.

Como veremos adiante, necropolítica/necropoder é um conceito/forma de gestão que utiliza a violência e o racismo como tecnologia para controlar e organizar as relações sociais, reproduzindo-se em diversos grupos, mas no Brasil especificamente, a população negra e periférica (MBEMBE, 2018).

Desde o período da colonização até os tempos atuais, a sociedade sempre foi delimitada por hierarquias. O Estado utiliza-se de seu poder para produzir e naturalizar a morte quando ela é estabelecida sobre corpos negros, instaurando um ambiente de terror e insegurança que ao decorrer das décadas, toda essa violência sofrida pela população negra servirá para instaurar o sistema neoliberal (MBEMBE, op. cit.).

O tema – **“Necropolítica da População Negra: uma análise sobre a violência armada no território da Vila Kennedy”** foi escolhido a partir da observação de como o Estado se posiciona em relação à população negra e favelizada, principalmente os jovens, e a diferença entre as abordagens de segurança pública nos territórios urbanos e nas periferias, local onde diariamente o medo e a insegurança são instaurados.

Como mulher, negra, estudante e moradora de uma área próxima de favelas, a autora sempre é atravessada por questões em relação ao racismo e à violência armada. Nesse sentido, observar como ocorrem as estratégias do Estado no combate ao tráfico de drogas em favelas e

¹ Antes de ser um bairro oficial, era um sub-bairro pertencente a Bangu. Localiza-se às margens da Avenida Brasil e, as suas ruas têm nomes de países africanos, asiáticos e de músicos.

² Achille Mbembe, camaronês, filósofo, teórico político e professor de História e Ciência Política nas Universidades Witwatersrand em Joanesburgo e Duke nos Estados Unidos. Exerce também, a função de diretor de Pesquisa Social e Econômica, no Instituto Witwatersrand em Joanesburgo.

³ Silvio Almeida, doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente, exerce a profissão de professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

periferias, bem como nos condomínios de alto padrão, onde a população predominante é branca, se tornou fundamental para o propósito do estudo.

Tendo como exemplo, cabe mencionar as inúmeras operações policiais em favelas do Rio de Janeiro, inclusive, em período de pandemia da COVID-19 (Doença do Coronavírus de 2019), mesmo proibidas nesse período pelo Supremo Tribunal Federal (STF)⁴ e, a forma como as forças de segurança atuaram na chamada Operação Lume⁵, quando ocorreu o maior número de apreensão de armas no Rio de Janeiro.

Cumprido destacar que, esse contexto de violência armada afeta diariamente não apenas a vida da autora, como também a de milhares de pessoas negras, pobres e periféricas, o que despertou o interesse em desenvolver um estudo a respeito.

Entende-se, portanto, que o tema de estudo proposto é de suma importância pela necessidade de discutir o funcionamento dos órgãos e entidades de segurança do Estado e, o quanto se mata por equívoco ou propositalmente, pessoas pretas, favelizadas e periféricas. Nesse sentido, a necropolítica determina quais são os corpos matáveis, utilizando o racismo estrutural como “tecnologia”, ou seja, o Estado extermina-os, ou negligencia-os.

Para tanto, a ideia de tratar o território da Vila Kennedy, enquanto caso empírico surgiu em umas das sessões de orientação com o auxílio do orientador, Marcello de Moura Coutinho,⁶ da autora. Pensou-se, então, nesse locus, por fazer parte do local onde a autora reside, o que pode auxiliar na busca de fontes, materiais e participantes da pesquisa de campo exploratória.

Objetivou-se, de forma geral, discutir e caracterizar o papel do Estado, partindo da análise dos conceitos de “racismo estrutural” e “necropolítica” em relação à população negra favelizada e periférica, no âmbito do bairro Vila Kennedy (RJ). E, mais especificamente, descrever a origem e a formação do território da Vila Kennedy; e, problematizar os conceitos de “racismo estrutural” e “necropolítica”, cunhados respectivamente por Silvio Almeida e Achille Mbembe.

⁴ Cf. Valente (2020) – “STF mantém proibição de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro”.

⁵ Cf. Teixeira et al. (2019) – “Polícia encontra 117 fuzis M-16 incompletos na casa de amigo do suspeito de atirar em Marielle e Anderson Gomes”.

⁶ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Políticas Públicas e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Visando atingir o objetivo acima, no **Capítulo 1 – Origem e Formação do Território da Vila Kennedy (RJ)**, será contextualizado o surgimento do território da Vila Kennedy, levando em consideração fatores geopolíticos, além de apresentar as condições de vida, saúde e segurança de sua população.

No **Capítulo 2 – Discutindo a Necropolítica e o Racismo Estrutural**, foram abordados os conceitos empregados por Achille Mbembe em seu ensaio: “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte”, bem como de racismo estrutural por Silvio Almeida, relacionando-os com as situações de extrema violência e suspensão de direitos, na qual a população preta e periférica é exposta cotidianamente. Além disso, no **Subcapítulo 2.1 – Imaginário da “guerra às drogas”** foi feita uma discussão acerca desta questão à luz dos conceitos supracitados, tendo sido incorporada também uma reflexão a respeito, a partir da obra – “Origens do Totalitarismo”, de Hannah Arendt.

Na **Metodologia** é apresentado o desenho do estudo, bem o tópico a respeito da **Análise das Entrevistas**, no qual são analisados os resultados da pesquisa de campo que levantou a percepção de moradores em relação ao descaso e à criminalização de suas vidas devido ao local de moradia. Entende-se que para a construção de qualquer política pública é imprescindível à presença de diálogo e articulação política.

Nas **Considerações Finais**, é retomado o caminho traçado, sendo concluído que as entrevistas realizadas foram de grande valia para a construção e sustentação dos argumentos utilizados nesse trabalho. Por fim, nas **Referências**, contam as respectivas fontes bibliográficas.

Diante do exposto, a questão norteadora do presente estudo é a seguinte: *“A violência armada existente no território da Vila Kennedy pode ser caracterizada como necropolítica da população negra?”*.

CAPÍTULO 1 – ORIGEM E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA VILA KENNEDY (RJ)

Tendo como população predominante pessoas negras, as favelas de acordo com a clássica denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são: “Aglomerados Subnormais”, os quais por sua vez, são definidos da seguinte forma: “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia - públicos ou privados -, para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à população.” (IBGE, 2021).

No que diz respeito ao território da Vila Kennedy, cabe contextualizar brevemente o seu surgimento. Com intuito de conter o avanço soviético que com a Revolução Cubana passou a tomar proporções que causavam insatisfação aos capitalistas estadunidenses, em 1961 o então presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy, quatro meses após uma conferência em Punta Del Este, no Uruguai, lançou a Aliança para o Progresso⁷, projeto que tinha por objetivo unir os países da América Latina nos aspectos político, econômico, social e cultural através do financiamento⁸ do desenvolvimento dos países impedindo que o comunismo se espalhasse pelo continente (NATALI, 2007).

De acordo com o autor supracitado, a Carta de Punta del Este, criada em 1961, acabou sendo um esboço do projeto Aliança para o Progresso e serviu para convocar os líderes da América Latina para elaborar um plano de desenvolvimento nacional, o qual foi custeado, principalmente, pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA). Essa elaboração contou com a participação de Juscelino Kubitschek, representando o Brasil, e Raúl Prebisch, a Argentina (NATALI, op. cit.).

Com efeito, Azevedo (1997) esclarece a estratégia de dominação política e econômica do governo estadunidense que estava por trás da criação do projeto Aliança para o Progresso:

⁷ Cf. verbete temático – “Aliança para o Progresso”, do Dicionário (*on-line*) do CPDOC: “Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a Aliança para o Progresso recebeu inúmeras críticas tanto de especialistas, que atacavam as deficiências de sua estrutura e a irrealidade de suas metas, como de setores liberais e de esquerda da opinião pública latino-americana, que a encaravam como instrumento a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA no hemisfério. [...] A partir de 1970, a análise e coordenação de seus programas passaram à responsabilidade da OEA.”.

⁸ Mais de 80 bilhões de dólares deveriam financiar projeto, tendo sido disponibilizado efetivamente para os países participantes cerca de 20 bilhões. A administração dos fundos dos EUA competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Perseguindo de forma mais pragmática a reversão do antagonismo diante dos Estados Unidos e a garantia de hegemonia sobre o continente, o governo americano procurou entender melhor o que se passava ao sul. O próprio Pentágono [sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América] passou a promover estudos psicossociais em torno das tendências de agressividade, violência e frustração potenciais da América Latina, movido pelo interesse de compreender melhor os fatores insurrecionais e munir-se de “esquemas conceituais” e “modelos analíticos” para subsidiar sua ação contra-insurgência. Era preciso conhecer a fisionomia humana, mergulhar na alma de seus povos. A American University de Washington foi acionada. Sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, geógrafos e economistas começaram a levantar as características dos povos latino-americanos. Passaram a circular trabalhos como “Pesquisa em ciências sociais e a segurança nacional”, ou “Missão de guerra do Exército dos Estados Unidos e sua relação com a pesquisa em ciências sociais”. O próprio processo de montagem da Aliança para o Progresso denuncia o intuito do governo Kennedy de apropriar-se do discurso dos parceiros para deles se aproximar. Aliás, o próprio termo Aliança foi tirado de uma revista, significativamente intitulada *Alianza Hispano-Americana*. É claramente identificável na Aliança a incorporação de planos e de conceitos latino-americanos [...], como os da Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek e as formulações da CEPAL [Comissão Econômica para América Latina e o Caribe], rejeitadas pelo governo Eisenhower (AZEVEDO, 1997, p. 78-79).

No Brasil, o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, dá início a sua política higienista, aplicando o dinheiro repassado pelo Governo Federal, principalmente, na Zona Oeste da cidade, em região próxima ao distrito industrial de Bangu e à área rural de Campo Grande. Em seu governo, quanto à Vila Kennedy, construiu um bloco residencial proletário (conjunto habitacional) que recebeu pessoas removidas da favela do Morro do Pasmado, em Botafogo, e do Esqueleto (onde hoje fica a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ), no Maracanã (VOZ DAS COMUNIDADES, 2017).

Por sua vez, Almeida (2008) na dissertação sobre a Vila Kennedy esclarece a razão do grande favorecimento do então, estado da Guanabara, no que diz respeito ao financiamento

internacional, o que resultou em uma grande política de remoção e, conseqüentemente na criação na década de 1960 dos seguintes conjuntos habitacionais: Vila Aliança⁹; Vila Kennedy¹⁰; Vila Esperança¹¹; e, Cidade de Deus¹². A referida autora descreve assim, o contexto sociopolítico a respeito:

Com relação ao financiamento internacional, cabe destacar que o ferrenho anticomunismo de [Carlos] Lacerda favoreceu sobremaneira o acesso a empréstimos advindos de agências estrangeiras, sobretudo norte-americanas. Outro aspecto que também contribuiu para o reforço da posição de Lacerda como receptor de recursos norte-americanos foi a ascensão do “esquerdista” João Goulart à Presidência da República, após a polêmica renúncia de Jânio Quadros. Além disso, o primeiro governo do estado da Guanabara teve início logo após a vitória da revolução socialista de Cuba, em 1959. Fato que exigiu um reordenamento de toda a política externa norte-americana com relação ao contexto da América Latina. Assim, em 1961, foi criado, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), um programa de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina denominado *Aliança para o Progresso* (ALMEIDA, 2008, p. 55).

Revalidando o postulado de Almeida (2008), Galdo e Daflon informam que:

Além da Vila Kennedy, Lacerda construiu outros dois grandes conjuntos para removidos: Vila Aliança, em Bangu (com 2.183 unidades), e Vila Esperança, em Vigário Geral (464). Juntos, os três receberam 37 mil moradores (dos 42 mil removidos por Lacerda), vindos de 32 favelas erradicadas parcial ou totalmente. De 1950 a 1960, a cidade assistiu a um crescimento de 99% da população de favelas, num salto de 169.305 habitantes (em 58 comunidades) para 337.412 (em 147 favelas), enquanto a população da capital aumentou 39% (2.245.208 em 1960) (GALDO e DAFLON, 2011, [s/p]).

⁹ Homenagem ao projeto Aliança para o Progresso.

¹⁰ Homenagem ao presidente dos EUA, John Fitzgerald Kennedy, assassinado em 1963.

¹¹ Seria o nome da Vila Kennedy, mas com o assassinato de Kennedy, a ideia foi deixada de lado, tendo sido retomada posteriormente, para dar nome a uma comunidade em Vigário Geral.

¹² Localiza-se em Jacarepaguá.

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), a Vila Kennedy (vide a **Figura 1 – Mapa do Território da Vila Kennedy**), também chamada carinhosamente de VK, possui 7.015 domicílios, mas segundo os dados de 2017, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, a VK tem 12,8 mil domicílios e conta com 41,5 mil habitantes. Além disso, é subdividida em áreas como: Vila Progresso, Manilha, Light, Beira-Rio, Malvinas, Leão, Congo, Chatuba, Morrinho, Alto Kennedy, Cirp, Metral, Barrão, Pedra, Sociólogo Betinho, Sapo, Picapau e Quafá.

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DA VILA KENNEDY



Fonte: Google Imagens ([s/d]).

Contudo, as condições de vida, saúde e segurança da população do território da Vila Kennedy continuam precárias desde os tempos da remoção. Com efeito, como estratégia governamental de controle territorial, contenção da violência armada e garantia de realização dos megaeventos, destacadamente, a Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada de 2016, a VK também foi “ocupada” por forças militares e de segurança pública, o que ocorreu no início de março de 2014, enquanto processo preparatório para receber a 38ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O jornal *on-line* RioOnWatch esclarece o contexto de instalação da UPP na VK, no trecho destacado abaixo, do jornal virtual RioOnWatch:

A instalação da UPP da Vila Kennedy estava prevista para o segundo semestre de 2014, mas foi implementada no início do ano devido a intensos conflitos entre

facções rivais do tráfico. Tal como acontece com muitas outras comunidades pacificadas, uma das principais queixas na Vila Kennedy é que os serviços básicos que foram prometidos para acompanhar a pacificação ainda não foram fornecidos pelo Estado. Este filme, mostra uma área para a qual uma clínica médica foi prometida em 2012, permanecendo, dois anos depois, como um terreno baldio usado como depósito de lixo. Alguns relatórios alegaram que quadrilhas de traficantes tinham roubado o equipamento que era para ser usado para construir a clínica, enquanto o Estado defendeu a falta da construção argumentando que a área ainda não era segura o suficiente. Mais de um ano após a instalação da UPP, o progresso ainda tem sido pouco. Seja qual for a razão, a pacificação significa pouco sem a implementação desses tipos de serviços. Dois oficiais da UPP Vila Kennedy foram mortos em novembro e dezembro de 2014. Um ataque na base da UPP por supostos traficantes em junho deste ano é prova que a polícia ainda não adquiriu o controle total da favela (RIOONWATCH, 2014, [s/p.]).

Não obstante, outro fato relevante foi a mudança do *status* oficial da VK de sub-bairro em bairro. Segundo Antunes (2017), o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, sancionou a lei que tornou a Vila Kennedy, um bairro após cinquenta e três anos de sua criação e, publicou-a no Diário Oficial do Município (DOM). O projeto é de autoria dos vereadores Zico (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) e Dr. Gilberto (Partido da Mobilização Nacional – PMN) e teve como objetivo (declarado), levar investimentos novos ao bairro, o que acabou não ocorrendo efetivamente.

Além disso, no final de fevereiro de 2018, a VK foi a primeira favela a receber a intervenção federal, tendo sido entendida como “laboratório”. Porém, foi mais uma ação do Estado, que resultou em aumento da violência armada e mortes de pessoas negras, pobres e favelizadas, bem como não alcançou os supostos objetivos oficialmente declarados, como afirmar Betim (2018):

Após pouco mais de um mês de intervenção federal no Rio de Janeiro, o Exército começará nas próximas semanas a deixar a Vila Kennedy, uma comunidade da Zona Oeste da cidade considerada pelo interventor e general Walter Braga Netto como o

“laboratório” para as ações das tropas até o fim do ano. Ela fora ocupada na sexta-feira do dia 23 de fevereiro em uma operação da Polícia Civil e das Forças Armadas que contou com 3.200 militares. Na ocasião, soldados tiraram fotos de pessoas e seus documentos de identidade, recebendo duras críticas de organizações de Direitos Humanos, da Defensoria Pública e da OAB-RJ por supostamente estarem fichando os moradores. Também destruíram blocos de concreto presos no chão que serviam de barricadas para impedir o avanço da polícia, uma ação repetida ao longo do último mês. A ação vem colhendo resultados duvidosos, uma vez que, segundo relatos de moradores, traficantes não deixaram de agir na área (BETIM, 2018, [s/p]).

E, a prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão Marcello Crivella aproveitou a intervenção federal para destruir quiosques em processo de regularização e criar uma “cortina de fumaça”, para a sua negligência em relação à Vila Kennedy, como esclarece Granja (2018):

A prefeitura do Rio de Janeiro destruiu vários quiosques de moradores na Vila Kennedy, no dia 10 de março, com a proteção das tropas do Exército. Os quiosques tentavam a legalização há anos junto à prefeitura, que nunca atendeu suas demandas. Muitas das famílias viviam exclusivamente daqueles pequenos comércios. [...] Desde o anúncio da intervenção militar no Rio de Janeiro, a Vila Kennedy vem sofrendo com ações diárias das tropas do Exército. Ao mesmo tempo, os antigos problemas enfrentados por moradores se agravaram, como a precarização da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), as quedas constantes de luz e a falta de saneamento básico. A paralisação da UPA da Vila Kennedy nos últimos dias acontece porque o prefeito Marcelo Crivella não pagou os servidores da saúde como prometido e segue sucateando as unidades do município com cortes nos orçamentos da saúde que comprometem o funcionamento das UPAs e das clínicas da família. O mesmo prefeito disse que não sabia da operação que demoliu vários quiosques na Vila Kennedy e se faz de desavisado sempre que questionado sobre as ações antipovo de seu gerenciamento (GRANJA, 2018, [s/p]).

Com efeito, a seguir são apresentadas as **Figura 2 – Praça da Vila Kennedy antes da Remoção** e, a **Figura 3 – Praça da Vila Kennedy após a Remoção**.

FIGURA 2 – PRAÇA DA VILA KENNEDY ANTES DA REMOÇÃO



Fonte: Pedro Teixeira / Agência O Globo (2019).

FIGURA 3 – PRAÇA DA VILA KENNEDY APÓS A REMOÇÃO

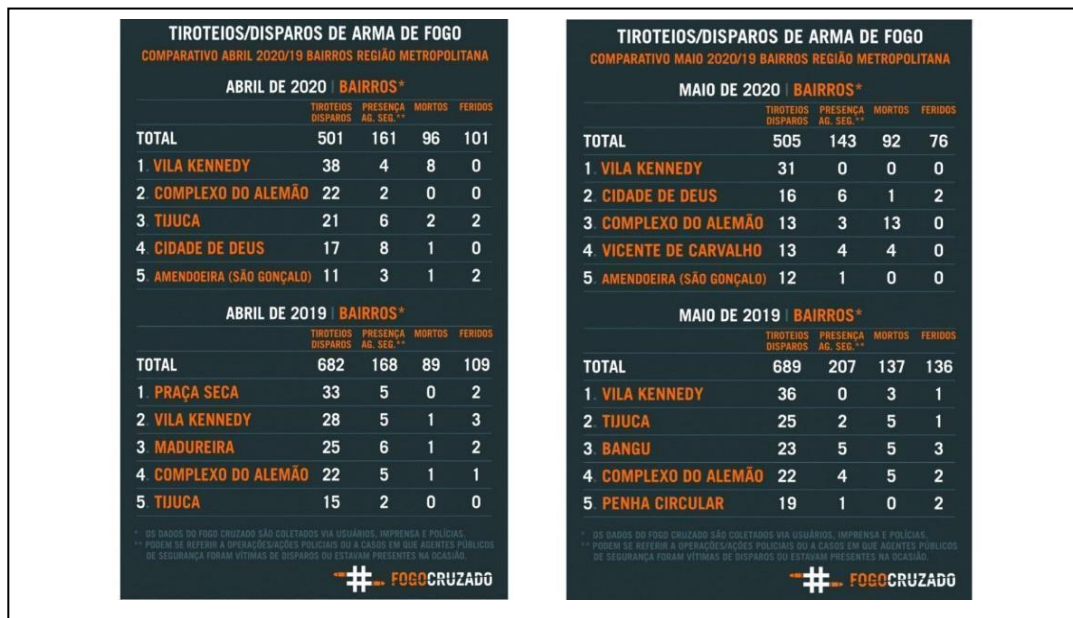


Fonte: Marcos Nunes / Agência O Globo (2018).

A situação piorou ainda mais em período pandêmico como pontua Oliveira (2020), no Jornal online Voz das Comunidades, no trecho destacado abaixo, bem como na **Figura 4 – Quantitativo de Tiroteias nas Regiões Periféricas do Rio de Janeiro (Abril e Maio de 2020)**.

A favela da Vila Kennedy, que fica na zona oeste do Rio de Janeiro, tem sido alvo de inúmeros tiroteios. Segundo o relatório da plataforma Fogo Cruzado, a comunidade lidera o ranking entre os bairros da cidade que concentram mais tiroteios nesses últimos dois meses. Isso porque existe uma forte presença de operações policiais no local. Em 3 meses de pandemia a prefeitura distribuiu apenas 190 cestas básicas e moradores lutam juntos para sobreviver. Em meio à pandemia do coronavírus, famílias que moram na VK, como é carinhosamente conhecida, ficam entre o vírus e os tiros. Nessa realidade cruel, são os moradores que sofrem e que também precisam agir para se apoiar. É aula de solidariedade e consciência social na ausência do Estado! (VOZ DAS COMUNIDADES, 2020, [s/p]).

FIGURA 4 – QUANTITATIVO DE TIROTEIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO (ABRIL E MAIO DE 2020)



Fonte: Instituto Fogo Cruzado (2020).

CAPÍTULO 2 – DISCUTINDO A NECROPOLÍTICA E O RACISMO ESTRUTURAL

O autor Achille Mbembe em seu livro “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte” conceitua a necropolítica como: “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5), a partir de uma análise sobre a violência e soberania, assim: “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação do poder.” (MBEMBE, op. cit., p.5).

Por meio da revisão de literatura de trabalhos acadêmicos de Giorgio Agamben e Michel Foucault, Achille coloca a raça/racismo como elemento de controle e dominação que veio a ter papel fundamental na naturalização da morte do “outro”.

Mbembe (op. cit.) demonstra em seu ensaio, as mudanças que o papel do Estado sofreu com o estabelecimento do neoliberalismo, bem como a configuração do Estado contemporâneo, que trarão novos processos de dominação. Apresentando reflexões apoiadas em Michel Foucault, o autor afirma que durante o período colonial, houve o estabelecimento da biopolítica/biopoder, quando a administração da sociedade ocorre, a partir da suspensão da morte.

Cabe ressaltar, que a necropolítica faz com que seja naturalizada a produção da morte, quando ela se estabelece sobre corpos negros - tratando-se de Brasil - pois o racismo tem um papel fundamental no seu entendimento, Mbembe (op. cit.) assim menciona:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou dominá-los (MBEMBE, op. cit., p.17-18).

Além de relacionar o seu ensaio, a necropolítica ao conceito de biopoder, Mbembe (op. cit.), também faz uma reflexão acerca de outros dois conceitos - o “Estado de exceção” e o “Estado de sítio”. Para esse autor, são marcas do Estado colonial que sustentaram as hierarquias e a “base normativa do direito de matar”, pelo Estado em nome de uma “segurança” e, posteriormente, o estabelecimento do capitalismo.

O referido autor camaronês afirma que os grupos sociais que historicamente se tornaram o maior objeto de necropolítica foram os seguintes: escravizados; povos colonizados; judeus da Alemanha nazista; e, as pessoas negras no regime de Apartheid Sul-Africano. Ao tratar do sistema escravocrata e do colonialismo afirma que: “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do Estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização.” (MBEMBE, op. cit., p.35).

Em suma, esse autor conclui: “Neste ensaio, propus que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror.” (MBEMBE, op. cit., p.71).

Quanto ao racismo estrutural e institucional, Silvio Almeida (2018) destaca que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem definido por seu caráter sistêmico. [...] Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia, e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias etc. - e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos - como escola e hospitais - como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais (ALMEIDA, op. cit., p.32-34).

2.1 O Imaginário da “Guerra às Drogas”

A criminalização de determinadas substâncias é estabelecida através do discurso de assegurar a saúde de todos, ainda que comprovadamente não haja indícios de redução do uso e acesso às mesmas. Mas em sua realidade, ela ocorre devido ao maior número de usuários serem de grupos marginalizados, sendo assim uma alternativa para naturalizar ações racistas (JÚNIOR, 2016).

Para tanto, “o proibicionismo promove as práticas racistas e é utilizado como dispositivo de necropolítica para justificar violências a determinados grupos étnicos” (JÚNIOR, 2016, p. 600). Relacionando a ideia da necropolítica à realidade do território da Vila Kennedy, ela torna-se essencial para entender o uso da violência armada e a tolerância da morte de inocentes no combate às “guerras às drogas” e aos crimes organizados.

Cabe destacar que, existe um imaginário colonialista europeu instaurado na sociedade, no qual há um inimigo que deve ser combatido através de uma guerra que pacificaria os povos considerados “selvagens”. E por isso, “o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira.” (MBEMBE, 2018, p. 34-36).

Já para Borges (2017), o imaginário da “guerra às drogas”, em conjunto com as operações que acontecem nas favelas frequentemente, possuem um caráter bélico e o policial tende a definir todos que coexistem nesse espaço como inimigos, estimulando atitudes que não são condizentes com a parte do Estado que deveria atuar como garantidora de direitos à democracia, mas que se assimilam a uma política racista de extermínio, instrumentalização da vida, dominação de território e produção do medo e terror.

Dito isso, Júnior (2016) afirma que:

O racismo de estado busca o genocídio da população negra e periférica. Um dos dispositivos desta necropolítica - provavelmente o mais relevante - é a criminalização seletiva de algumas drogas. Sob este pretexto é patrocinada uma grande guerra contra as pessoas. (JÚNIOR, 2016, p. 607).

Além do imaginário de “guerra às drogas”, a tentativa de “pacificação” da população periférica demarca mais uma estratégia de ocupação colonial tardia e moderna, aplicada pelo Estado apoiado em uma política de necropoder que se materializa nos territórios favelizados (CRUZ, 2020).

Projetos de ocupação social e política de segurança pública como UPP e atualmente o Cidade Integrada¹³, que em tese visavam investigações contra organizações criminosas, intervenções sociais e a pacificação de regiões marginalizadas, não passam de um álibi para o Estado fazer uso de seu poder bélico garantindo a soberania estatal, através de mortes de milhares de pessoas e instaurando um ambiente de medo e insegurança.

Por sua vez, Arendt (1989, p. 490), referindo-se aos crimes e a produção de morte em massa ocorridos durante o regime nazista, define-os como “massacres administrativos”, sendo que a “a escala monstruosa e inacreditável dos crimes nazistas tornou inadequada e absurda qualquer punição prevista em lei”.

Não obstante, relacionando essa definição aos conceitos discutidos por Achille e à realidade das favelas cariocas, pode-se concluir que tanto a “guerra às drogas”, quanto à pacificação não passam de um massacre administrativo sobre a égide de um “estado de exceção” que naturaliza a produção de mortes e prisões de pessoas negras e periféricas.

Na esfera urbana, tal como em toda guerra, existem feridos e mortos que em grande maioria são “justificados” e apresentados como “casos isolados”, acabando com a possibilidade de uma comoção social que pode ser originada pela mídia, anulando qualquer possibilidade de evitar essas ações letais, como afirma Júnior (2016):

Com o avanço das novas tecnologias, principalmente a popularização das mídias sociais e dos smartphones, tornou-se recorrente a divulgação na internet de vídeos amadores que flagram casos em que policiais alteram os locais do crime para inserir elementos que são chamados de “kit flagrante” ou “kit vela”. A dinâmica é simples: incursões desastrosas das forças policiais em comunidades periféricas são concluídas com o assassinato de pessoas inocentes, via-de-regra, jovens e

¹³ Sendo considerado um substituto das UPP, o projeto Cidade Integrada foi iniciado, no dia 19 de Janeiro de 2022 e, tem como intuito reconquistar os territórios dominados pelas organizações criminosas, levando para as mesmas reformas e diversos programas sociais.

negros. [...] Estas atividades de extermínio são justificadas através da inserção, no local do crime, de elementos que comprovariam envolvimento com atividades criminosas: geralmente armas e drogas. (JÚNIOR, 2016, p. 606).

Com efeito, Júnior (op. cit.) torna perceptível o racismo estrutural existente em nossa sociedade, pois, pessoas brancas de classe média/alta são tratadas pela mídia e pelo sistema judicial com decoro, tendo a sua integridade preservada, mas o jovem negro tem sua vida, liberdade e inocência ceifadas, sendo considerado, geralmente, traficante de drogas. Nesse sentido, Almeida (2018) destaca que:

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência e a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempo pelo movimento negro como genocídio (ALMEIDA, 2018, p. 122-123).

O somatório de estereótipos aliado ao racismo faz com que pessoas pretas e periféricas se tornem alvo do sistema de justiça e das políticas de segurança pública que as miram com ações violentas ao invés de ações que resguardam vidas (RADIS, 2018).

Vale destacar, que o estudo: “A Cor da Violência”, divulgado pela Rede de Observatórios de Segurança, constata que a população negra é a que mais morre em decorrência de intervenções policiais no Brasil (NOTÍCIA PRETA, 2021).

Além disso, ainda que tenha apresentado uma queda, as taxas de homicídios entre a população negra, principalmente a mais jovem, seguem altas e sem sinal aparente de mudança.

Não obstante, desde o momento em que as taxas de homicídios cresceram no país, o número de pessoas pretas mortas também aumentaram. Essa questão é mais uma vez destacada,

no Atlas da Violência¹⁴, explicitando que a questão racial não é uma novidade para a análise do número de mortes violentas que ocorreram no Brasil (IPEA, 2021). O mesmo vai destacar que em no ano de 2019, “os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios...”, e que também:

Ao analisarmos os dados da última década, vemos que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior à correspondente à população negra. Se considerarmos ainda os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 vítimas para 34.446 no último ano, e entre não negros, por outro lado, houve redução de 33% no número absoluto de vítimas, passando de 15.249 mortos em 2009 para 10.217 em 2019 (IPEA, 2021, p. 49).

Todos esses dados apresentados apenas comprovam que a política de extermínio e instrumentalização da vida no Estado do Rio de Janeiro, por meio da segurança pública, trata-se de uma tecnologia de necropoder.

Porém, torna-se possível por meio de vários mecanismos já cristalizados e naturalizados, como o próprio racismo e padrões históricos de intervenção do “braço armado” do Estado nas favelas, o que se caracteriza como “regime de exceção” (CRUZ, 2020).

¹⁴ Criado em 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança (FBSP), o Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do IPEA sobre violência e segurança pública.

METODOLOGIA

A presente monografia está baseada na abordagem qualitativa e utilizou como estratégias de pesquisa, o levantamento bibliográfico por meio da busca nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, tendo como referência os descritores: necropolítica; racismo estrutural; e, violência armada.

Também foi feito a análise de artigos, livros, entrevistas, reportagens, filmes, entre outros, referentes à análise e crítica da violência armada e como ela atinge a vida da população negra e favelizada do território da Vila Kennedy (RJ).

A pesquisa de campo teve caráter exploratório e se deu por meio de entrevistas semiestruturadas virtualmente, por meio de formulário do Google Forms (devido ao período pandêmico), com cerca de 20 (vinte pessoas), distribuídas de forma proporcional, nas seguintes características: gênero (feminino / masculino); faixa etária (18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 41, 42 a 50, 52 ou mais); ocupação (nível fundamental, nível médio e nível superior); e, religião (católica, espírita e protestante / neopentecostal). Os participantes da pesquisa foram contatados, seguindo a metodologia conhecida como “Bola de Neve”, mediante conhecimento pessoal da autora, de estudantes, moradores e trabalhadores da Vila Kennedy. E, de acordo com Venuto (2014):

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VENUTO, 2014, p. 203).

A proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EPSJV-Fiocruz, tendo sido aprovada a sua realização.

A análise propôs-se a responder à seguinte questão norteadora: *“A violência armada existente no território da Vila Kennedy pode ser caracterizada como necropolítica da população negra?”*.

Vale ressaltar, que também foi estabelecido um diálogo teórico-conceitual sobre as temáticas da necropolítica tratada por Achille Mbembe e, racismo estrutural, por Silvio Almeida.

. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

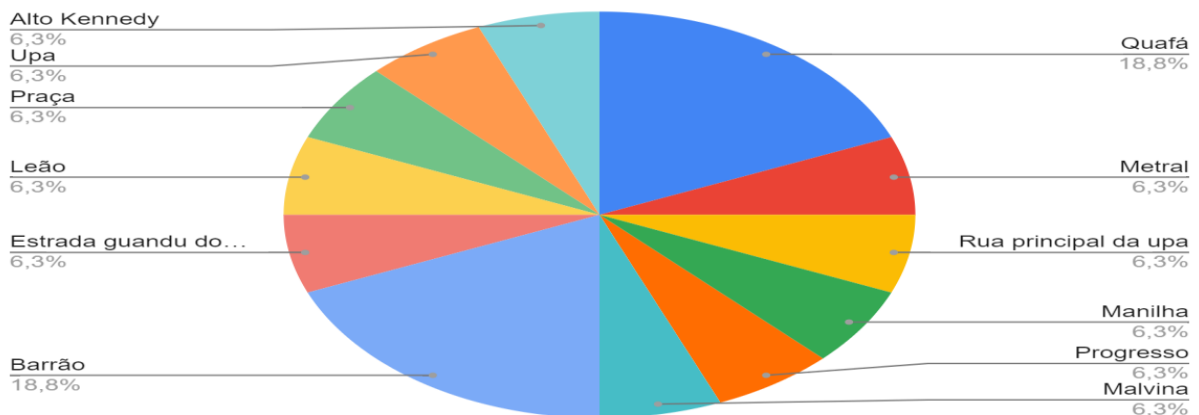
A pesquisa de campo concluiu-se com a realização de 15 entrevistas (ao invés de 20) com os moradores do bairro Vila Kennedy, de acordo com a metodologia selecionada. Procurou-se abordar questões relacionadas à segurança, violência armada e acesso a direitos básicos (saúde, lazer, educação e mobilidade).

A pesquisa de campo contou com a maior participação de entrevistados do gênero feminino (93,3%), jovens adultos (40%), pretos (86,7%) e com ensino médio completo (60%).

Com o intuito de facilitar a visualização da análise, as falas dos entrevistados foram organizadas em 10 (dez) quadros com as questões e suas respectivas respostas dos participantes da pesquisa. A seguir é realizada a análise das entrevistas.

GRÁFICO – REGIÃO ONDE OS ENTREVISTADOS RESIDEM

Questão 1: Em qual região da Vila Kennedy você mora?



Questão 2: O termo necropolítica surgiu com o filósofo Achille Mbembe. Ele conceitua “necropolítica” como: “O poder e a capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer”. Você já ouviu falar deste conceito de Achille Mbembe? Onde?

E1: “Não”.

E2: “Sim, na favela”.

E3: “Sim”.

E4: “Nunca ouvi sobre.”.

E5: “Sim! Na internet”.

E6: “Sim. Site de pesquisa”.

E7: “Não”.

E8: “Sim, televisão”.

E9: “Sim, canal do youtube, podcast”.

E10: “Sim, na aula de filosofia”.

E11: “Nunca ouvi falar”.

E12: “Não”.

E13: “Não”.

E14: “Não”.

E15: “Não”.

Questão 3: A instalação da UPP da Vila Kennedy ocorreu em 2014, e a mesma permaneceu até 2018. Durante esse período quais foram as mudanças foram notadas no território? Enquanto morador(a) você se sentiu mais seguro?

E1: “Sim”.

E2: “tinha mais segurança”.

E3: “Sim”.

E4: “Sim! A UPP trouxe mais segurança à população.”.

E5: “No início, na instalação da UPP havia uma sensação de segurança sim, especialmente pela presença de policiais nos arredores, mas, ao longo do tempo, os mesmo foram se dissipando e está sensação indo junto.”.

E6: “Sim! Trouxe mais segurança e mais liberdade!”.
E7: “Não”.
E8: “Houve maior quantidade de confrontos entre o tráfico e a polícia militar. Não me senti segura, ficando totalmente acuada de sair para atividades rotineiras dentro do bairro.”.
E9: “Nenhuma, não”.
E10: “Sim.”.
E11: “Não”.
E12: “Sim.”.
E13: “Sim. Tínhamos mais liberdade.”.
E14: “A mudança foi tão pouco que não parecia ter mudado”.
E15: “Sim”.

Questão 4: Durante o período pandêmico (2020) a Vila Kennedy, segundo a plataforma Fogo Cruzado, liderou o ranking entre os bairros do RJ que concentraram mais tiroteios. Você se sentiu afetado(a) com a violência armada durante esse período? Se sim, como.
E1: “Sim, a gente não podia sair na rua direito que era tiro em qualquer horário, super perigoso”.
E2: “Sim!”.
E3: “Sim, me senti vulnerável e totalmente desprotegida”.
E4: “Sim, em certos dias era difícil sair para a escola e o retorno da mesma era sempre mediante avisos e com todo cuidado e rapidez possível”.
E5: “Sim”.
E6: “Sim, fechamento do comércio e dificuldade em circular”.
E7: “Sim. Além de estarmos restritos ao nosso quarteirão devido ao isolamento social, o território possível de se estar era ainda mais diminuído, por não poder nem sair pra ações básicas pelo receio de um tiroteio”.
E8: “Sim, no trabalho”.
E9: “Sim, a insegurança”.
E10: “Sim, já fiquei em meio de tiroteios na rua...”.

E11: “Sim. A violência afeta o direito de ir e vir dos moradores.”.
E12: “Sim. Os confrontos tiram a nossa segurança.”.
E13: “Sim, fiquei com a sensação de estar mais presa ainda”.
E14: “Sim, sem direito de ir e vim”.
E15: “Sim, presenciando muitas vezes o fogo cruzado.”.

Questão 5: Enquanto morador, como você enxerga a questão da violência armada no território da Vila Kennedy?
E1: “Horível”.
E2: “Muito ruim”.
E3: “um perigo”.
E4: “Um show de horror, só morre inocente”.
E5: “Entendo que ela está totalmente ligada a guerras as drogas existente no país e atua como uma forma de controlar como as pessoas das favelas devem ser vistas pelo resto da sociedade.”.
E6: “Problema social grave com a má distribuição de renda e dificuldades aos serviços básicos”.
E7: “Por muito tempo tive esperança, mas hoje elas estão quase nulas. É um bairro já dominado. Ainda que perto tenham companhias destacadas, um batalhão, quartel rodoviário e presídio, nenhum desses não garante nem um pouco de segurança, pelo contrário causa mais tensão diante de um eminente confronto.”.
E8: “Péssimo. Por que afeta nossa vida diária. Saímos de casa, mas não temos certeza se vamos voltar.”.
E9: “Horível”.
E10: “Horível!”.
E11: “Falta de amor, falta de oportunidades”.
E12: “Um descaso das autoridades”.
E13: “Algo que parece que nunca irá acabar.”.
E14: “Muito ruim”.
E15: “Horível”.

Questão 6: Quais seriam as possíveis soluções para a diminuição da violência armada no território da Vila Kennedy?
E1: “A ativação da UPP”.
E2: “Mais policiamento e uma atenção maior ao bairro.”.
E3: “Acabando com o tráfico de drogas, o que seria impossível, mas uma solução seria os policiais ter mais respeito aos moradores, sempre veem no horário da saída das crianças na escola ou na entrada, são corruptos, só vem pra matar inocente e pedir arrego do baile”.
E4: “A maior de todas as soluções seria o apoio às crianças do bairro com escolas integrais, principalmente, aquelas que não possuem uma rede de atenção para que não fiquem expostas a tamanha violência desde tão cedo. Também acho que a construção de uma política de discriminação das drogas, que lide de outra maneira com esse assunto pensando numa diminuição de combates traficantes-policiais dentro da favela.”.
E5: “Policiamento”.
E6: “Desarmamento, educação e geração de empregos”.
E7: “A ação real, organizada, continua e honesto da segurança e do poder público. Ações de diminuição do uso e do comércio de drogas.”.
E8: “Colocar mais policiamento”.
E9: “Uma policiamento mais atuante com o estado presente com uma lei mais rígida.”.
E10: “Não sei.”.
E11: “Uma maior atenção da polícia e das autoridades.”.
E12: “O fim do tráfico”.
E13: “Mais oportunidades para a juventude”.
E14: “O estudo tem como resolver isso...basta querer”.
E15: “As autoridades cumprirem com suas responsabilidades.”.

Questão 7: A violência existente no território impede o acesso à direitos básicos como: lazer, saúde e educação?
E1: “Sim”.
E2: “Sim”.

E3: “Sim!”.
E4: “Com toda certeza”.
E5: “Sim, sendo a principal resposta de empresa de serviços para não chegarem aos territórios favelizados”.
E6: “Sem dúvidas. Exemplos disso são a denominação da região como “área com restrição de entrega” nos correios, fazendo com que não recebamos nossas encomendas em domicílio, e o receio de pessoas como amigos e familiares de nós fazer visitas pela fama do local.”.
E7: “Sim, porque muita das vezes devido a fogo cruzado aulas são suspensas, serviços em clínica da família param e lazer e cultura, ainda se tem muito pouco aqui no bairro.”.
E8: “Sim!! Impossível ter um lazer decente assim.”.
E9: “Com certeza”.
E10: “Sim”.
E11: “Sim.
E12: “Sim”.
E13: “Sim”.
E14: “Sim”.
E15: “Com certeza”.

Questão 8: Como você percebe o papel do Estado na garantia de direitos e no enfrentamento da violência armada no território da Vila Kennedy?
E1: “Não tem papel nenhum”.
E2: “Total descaso da parte do Estado.”.
E3: “O estado tá pouco se lixando para os pobres”.
E4: “Percebo que não existe Estado para garantia de direitos, somente quando é para matar favelados e proteger os assassinos”.
E5: “Papel do estado não faz nada para a Vila Kennedy”.
E6: “Ausente”.
E7: “Na verdade, nem percebo. É nulo.”.
E8: “Muito ruim”.

E9: “Ineficiente”.
E10: “Papel nulo”.
E11: “Nulo”.
E12: “O estado não faz nada.”.
E13: “O Estado não tem nenhuma ação na Vila Kennedy”.
E14: “Não existimos para o Estado...o problema está aí um descaso”.
E15: “Eu responderia com uma pergunta. Aonde eles estão?”

Questão 9: Como você vê o papel desempenhado pelo Estado, por meio das forças policiais e o tráfico de drogas na Vila Kennedy? E, na sua opinião, o Estado é eficiente no modo de lidar com o tráfico de drogas?
E1: “Não vejo nada, e o estado é super fraco com isso é como se não ligasse”.
E2: “Completamente inútil. O estado não faz absolutamente nada.”.
E3: “O estado é o culpado”.
E4: “O Estado desempenha um papel de usurpador de vida seja ela através da bala ‘perdida’ que vem do policial ou pelas drogas que eles “tentam” impedir de ser vendida.”.
E5: “Não”.
E6: “Péssimo, ineficiente”.
E7: “A maioria dos enfrentamentos tem como consequência tragédias. As operações policiais são repentinas, em momentos em de grande movimento de pessoas nas ruas. O que se corre aos ouvidos é que na verdade são cúmplices do que ocorre aqui.”.
E8: “Não”.
E9: “Ineficiente, a pior possível, devido a uma lei que privilegia o criminoso.”.
E10: “Não. Pois para uns eles querem mostrar “eficácia” e para outros não. Uma vez, passeando pelo centro uma moça passou com um “baseado” do lado de um policial e ele não ligou. Detalhe ela era branca. Se fosse um negro na favela, pra mostrar “eficiência” ou esse negro seria preso ou morto. Por que será que essa eficácia tem pesos diferentes para negros e brancos, ricos e pobres? Acho que já sabemos bem a resposta.”.
E11: “Horível. O estado é completamente ineficiente”.
E12: “O estado não faz absolutamente nada, e quando interfere em algo, só piora.”.

E13: “Não vejo. O Estado não é eficiente”.
E14: “Não se importam conosco”.
E15: “Não existe papel desempenhado por isso que aqui nada muda para nossa própria segurança.”.

Questão 10: Caso tivesse oportunidade, você gostaria de mudar de bairro? Justifique sua resposta.
E1: “Sim”.
E2: “Sim! Apesar dos conflitos, é um lugar simpático.”.
E3: “Com toda certeza, e me mudarei, me sentirei mais segura e com direito de ir e vir sem ter que me preocupar em dar de cara com um tiroteio a qualquer momento do dia”.
E4: “Sim, pois gostaria de morar em um lugar que no mínimo eu tenha o direito de ir e vir.”.
E5: “Sim, pois na Vila Kennedy está horrível para se morar”.
E6: “Sim”.
E7: “Mudaria sim. Mas ao mesmo tempo, gostaria de estar aqui para ser um agente de mudança, criando algo que pudesse mudar a realidade de residentes do bairro.”.
E8: “Sim, mudaria muita coisa”.
E9: “Sim, pois a qualidade de vida não tem preço.”.
E10: “Sim, para um lugar mais calmo com menos tiroteio.”.
E11: “Sim! optaria por um bairro mais calmo e tranquilo.”.
E12: “Sim! Um lugar mais tranquilo.”.
E13: “Sim, já mudei. A Vila Kennedy, infelizmente está largada.”.
E14: “Sim...não tem.outra alternativas mediante a tudo que temos vivido aqui”.
E15: “Sim, ir para um lugar mais tranquilo.”.

Ainda que a maior parte dos entrevistados não tenha conhecimento do termo necropolítica empregado por Achille Mbembe, é notória a indignação dos moradores. No decorrer das questões

se pode perceber que todos possuem visões parecidas em relação à violência e descaso que a população existente no território sofre diariamente.

Tratando-se da instalação da UPP na Vila Kennedy e o período entre 2014 e 2018 em que ela se manteve presente, a maioria dos entrevistados disse se sentir mais seguros. Enquanto os outros não perceberam nenhuma mudança/melhora ou então se sentiram seguros no início, mas no decorrer do tempo, essa sensação de segurança deixou de existir.

Em sua dissertação “‘Aqui a bala come, não tem aviso prévio’: Favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória”, Monique Cruz explicita que o Estado utiliza estratégias de “ocupação colonial tardo-moderna” para conseguir acessar os territórios periféricos e exercer o necropoder.

Uma dessas estratégias de ocupação colonial, inclusive debatidas por Mbembe, é a capacidade de fazer com que os colonizados acreditem em melhorias de vida através da ilusão e produção de desejos nos mesmos.

Um dos discursos utilizados durante o período de instalação da UPP no território da Vila Kennedy e quando a mesma foi denominada enquanto bairro era que esses atos seriam capazes de levar investimentos novos à região, mas como de praxe, não foi efetivado.

Segundo Monique Cruz (2020):

[...] o terrorismo concretizado nas inúmeras violências impetradas a partir de uma atuação direta ou indireta do Estado - no uso das máquinas de guerra citadas por Mbembe (2016) - afetam sobremaneira o dia a dia das favelas. Como dissemos, a ocupação colonial tardo-moderna que pode ser na minha leitura permanente ou intermitente, ou ainda esporádica. Ela se concretiza pela presença das forças militares do Estado e a seu serviço ou a serviço de interesses privados e que violam direitos formalmente instituídos na CF88 de maneira cotidiana [...].” (CRUZ, 2020, p. 66).

Ainda que com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu a realização de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia, de acordo com a **Questão 4**, todos os moradores se sentiram afetados com a violência armada durante o período pandêmico. O **Entrevistado 1 (E1)** relata que a qualquer hora poderia acontecer um tiroteio, enquanto o

Entrevistado 4 (E4) relata que em determinados dias era difícil ir à escola, pois demandava cuidado extremo para conseguir retornar para a casa após as aulas.

A necropolítica não se trata somente de exterminar vidas, mas também de deixar as mesmas “à sorte”. Os confrontos armados existentes no território da Vila Kennedy impossibilitam que jovens/adultos saiam para seus empregos e que crianças/adolescentes tenham acesso à educação, que já não é de melhor qualidade.

De acordo com um estudo disponibilizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), a melhoria da educação básica deve ocorrer com a redução de 25% dos homicídios, aumento de 15% no número de matrículas e um aumento de 200% na geração de empregos entre os jovens.

Quando foi perguntado aos entrevistados como eles enxergam a questão da violência armada no território da Vila Kennedy, todos apontaram aspectos negativos. Destacando a fala do **Entrevistado 5 (E5)**, ele cita a guerras às drogas e diz que ela “atua como uma forma de controlar como as pessoas das favelas devem ser vistas pelo resto da sociedade.”. Nesse sentido, Cruz (2020) afirma que:

As favelas são locais nos quais há acesso precário ou nenhum às principais políticas públicas como as de saneamento básico, saúde ou educação. Uma forte marca no debate acerca das favelas, especialmente no Rio de Janeiro, é através da discussão sobre segurança pública, o que faz com que a violência seja tacitamente autorizada por conta de um ideário historicamente construído de que esses lugares são violentos. Na atualidade, basta que olhemos os jornais para constatar que o principal mal das favelas seria o tráfico de drogas [...] (CRUZ, 2020, p. 37-38).

Dando continuidade, na questão que interroga sobre possíveis soluções para a diminuição da violência armada, os entrevistados sugeriram o fim do tráfico de drogas, desarmamento, educação, geração de empregos e policiamento. E, os mesmos na questão seguinte afirmaram que o conflito armado impede o acesso a direitos básicos.

Em relação ao papel do Estado na garantia de direitos e no enfrentamento à violência armada, todos os participantes das entrevistas afirmaram que o mesmo não se articula para modificar o que acontece dentro do bairro, tendo um papel nada eficiente. Utilizando

principalmente esse trabalho de campo como base, podemos perceber que a maior parte dos moradores da Vila Kennedy (assim como em muitas outras periferias) é negra. A esse respeito Silvio Almeida em seu livro “Racismo estrutural” postula que:

Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. E por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada (ALMEIDA, 2018, p. 87).

Elencando o trecho acima com a discussão feita por Mbembe (2018) sobre estado de exceção, pode-se afirmar que na realidade toda negligência e violência sofrida pela população negra e periférica, possui 100% de aval do Estado a quem não interessa garantir direitos à essa população que desde os primórdios foi posta à margem da sociedade.

Sobre a **Questão 9**, destaco um trecho da fala do **Entrevistado 4 (E4)**, “O Estado desempenha um papel de usurpador de vida seja ela através da bala ‘perdida’ [...]”. Dentro de locais onde a necropolítica opera o poder do Estado não mais “se manifesta como tecnologia de sustentação e prolongamento da vida” e, passa a exercer a “função da morte” (ALMEIDA, 2018).

Referindo-se à **Questão 10**, observa-se que todos os moradores gostariam de se mudar caso houvesse a oportunidade devido à violência existente no local. Ratificando a fala do **Entrevistado 9 (E9)** “Sim, pois qualidade de vida não tem preço”, demonstrando que para além de mortes e exclusão, a necropolítica causa o rompimento de laços/vínculos porque muitos preferem se afastar de sua comunidade para ter acesso à direitos essenciais à vida como saúde, educação e a permissão de circular sem medo.

Dando conclusão à análise, todos os entrevistados afirmam ter vontade de mudar de bairro caso tenham a oportunidade, devido à violência existente no território. Dessa forma, Cruz (2020) afirma que:

Ao falarem sobre as favelas cariocas, Machado da Silva e Leite (2007) demonstram como existe uma ideia construída no senso comum de que os moradores de favelas seriam coniventes com o “tráfico de drogas” em seus locais de moradia, especialmente quando estes se

rebelam contra a violência estatal. Demonstram também como a vivência no mesmo território produziria aproximações “gerando um tecido homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa”, autorizando o uso banal da violência (CRUZ, 2020, p. 17).

Com isso, é possível afirmar que a pesquisa de campo foi de grande valia para a composição do trabalho, pois evidenciou como a discussão desse estudo faz jus ao que acontece dentro do Território da Vila Kennedy e como parte dos moradores concorda e se sentem em relação a isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um olhar sobre o território da Vila Kennedy, é possível entender a necropolítica de Achille Mbembe, que desde o período de Brasil colônia até os tempos atuais faz suas vítimas.

O Estado em conjunto com suas instituições possui o papel principal na construção do racismo e do imaginário de um inimigo que naturalizou a desumanização de pessoas pretas e periféricas e a produção de morte sobre o corpo delas.

Ao analisar o racismo, nota-se uma questão estrutural. Isso porque, a discriminação através da raça resulta em um processo de exclusão que geram desvantagens a um determinado povo, que será reproduzido nos âmbitos: econômico, social e político. Sob esse prisma, cabe ser dito que a necropolítica em conjunto com o proibicionismo é mais uma etapa do processo de marginalização de pessoas negras, pobres e periféricas.

Conjuntamente, quando se observa a política de guerra às drogas, vê-se que o cidadão, imerso nesse meio, é atingido e passa a ser visto como um inimigo que deve ser punido ou controlado. Como resultado, há um número exorbitante e que cresce cada vez mais de prisões por tráfico de drogas, onde em alguns casos a pessoa é presa sem nada que possa justificar tal ato.

Em virtude da política de guerra às drogas, o Estado faz uso de seu poder bélico sob o pretexto de garantia da segurança pública. Os policiais, em sua maioria, jovens e despreparados são postos em linha de frente tendo que lidar com a complexidade da vida na favela, sendo forçados a cumprir tarefas que não são condizentes à polícia em um ambiente marcado por violações cometidas policiais que os antecederam e pelo Estado que deveria ser garantidor de direitos.

As operações nas favelas nunca obtiveram resultados em relação ao que é proposto. A “guerra às drogas” só dá gastos e prejuízos que poderiam ser utilizados em investimentos em prol da melhoria nos serviços públicos básicos (educação, saúde, transporte) em regiões marginalizadas.

Infere-se, portanto, que há necessidade de intervir nessas práticas proibicionistas que ao invés de criminalizar substâncias, criminaliza pessoas. Para que isso aconteça, é dever do Estado, reformular suas condutas e instituir políticas públicas que sejam direcionadas à população negra e

periférica, a fim de diminuir a vulnerabilidade deles. Dessa forma, adotando tais medidas, mudanças e melhorias poderão ser vistas em longo prazo.

A partir da abordagem qualitativa, que utilizou estratégias de pesquisa como o levantamento bibliográfico sobre necropolítica, violência armada e racismo estrutural, e entrevistas semiestruturadas com moradores do território da Vila Kennedy, foi possível obter resultados e tirar conclusões sobre a temática debatida neste trabalho.

Entretanto, cabe ratificar a dificuldade em encontrar materiais que discorram sobre a história e as vivências dos moradores (para além da violência armada) no local estudado, o que reitera uma maior invisibilidade das periferias que se mantém longe das áreas nobres e do epicentro metropolitano do Rio de Janeiro em comparação às demais. Destacando-se mais como uma tecnologia do necropoder que para além de desumanizar os seres, apaga a sua história reescrevendo-a a partir da sua narrativa.

Com base nas entrevistas dos moradores da Vila Kennedy, foi possível analisar e coletar relatos de que a violência existente no território, para além de ceifar vidas pretas e periféricas, também impede as mesmas de ter acesso à recursos básicos necessários para a existência de um ser humano.

Por fim, foi possível atingir o objetivo inicial, ou seja, discutir e caracterizar o papel do Estado, partindo de uma pesquisa de campo acerca do bairro Vila Kennedy e analisando os conceitos de racismo estrutural e necropolítica em relação à sua população negra e periférica.

Conclui-se que é de interesse do Estado que o medo, a pobreza e a morte sejam instituídos sobre as áreas periféricas com o intuito de manter as bases hierárquicas do país e o sistema capitalista vigente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. A. de. *Bairro, conjunto e favela: as fronteiras simbólicas e a produção do espaço em Vila Kennedy*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, 177p.

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. [Trad. Raposo, R.]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANTUNES, T. *Tchau, Bangu! Vila Kennedy agora é bairro oficial*. Jornal O Dia. Publicado em: 15 jul. 2017. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-15/tchau-bangu-vila-kennedy-agora-e-bairro-oficial.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2021*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

AZEVEDO, C. Sob o signo da Aliança: o Projeto Kennedy e as representações da América. *História Revista*, vol.2, n.1, jan.-jun.,1997, p. 78-79.

BETIM, F. *Exército começa a sair da 'favela teste' Vila Kennedy após um mês de intervenção e poucos resultados*. Publicado em: 20 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521576120_595895.html>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BORGES, J. de. *Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios*. Publicado em: c2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/amp/>> . Acesso em: 12 set. 2021.

CRUZ, M. de C. *Aqui a bala come, não tem aviso prévio: favela, necropolítica e a resistência de mulheres-mães guardiãs das memórias*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020. 157p.

DOMINGUEZ, B. Vidas que não importam? Em tempos de intervenção militar a favela resiste e persiste na luta por direitos. *RADIS: Comunicação e Saúde*, Fiocruz, n. 187, abr., p. 2-35, 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Aliança para o Progresso [Verbetes Temático]*. FGV/CPDOPC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aglomerados Subnormais*. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

GALDO, R.; DAFLON, R. *Favelas foram removidas para conjuntos sem qualquer infraestrutura*. Jornal O Globo. Publicado em: 09 mai. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/favelas-foram-removidas-para-conjuntos-sem-qualquer-infraestrutura-2772762>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GRANJA, P. RJ: *Intervenção militar incrementa ataques contra Vila Kennedy*. Jornal A Nova Democracia. Publicado em: 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/noticias/8384-rj-intervencao-militar-incrementa-abuso-na-vila-kennedy>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

INSPER. *Educação de qualidade contribui para a diminuição nas taxas de homicídio*. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/educacao-de-qualidade-contribui-para-a-diminuicao-nas-taxas-de-homicidios/>> Acesso em: 21 mar. 2022.

JOSÉ, F. *Do esqueleto à Vila Kennedy: cinco décadas de lutas e conquistas*. Voz das Comunidades. Publicado em: 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/do-esqueleto-vila-kennedy-cinco-decadas-de-lutas-e-conquistas/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

JÚNIOR, A. C. R. *As drogas, os inimigos e a necropolítica*. Caderno do CEAS, Salvador, n. 238, 2016, p. 595-610.

MACHADO, T. *Vila Olímpica Ary Carvalho: designação para atendimentos além do esporte*. Publicado em: jan. 2012. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd164/vila-olimpica-ary-carvalho-alem-do-esporte.htm>> .Acesso em 21 jun. 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NATALI, J. B. *Plano de 1961 queria barrar avanço cubano*. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em: 06 mar. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0603200703.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NOTÍCIA PRETA. *Estudo confirma que negros são os que mais morrem em intervenções policiais no Brasil*. Publicado em: 10 dez 2021. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/estudo-confirma-que-negros-sao-os-que-mais-morrem-em-intervencoes-policiais-no-brasil/amp/>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

NUNES, M. *Prefeitura derruba quiosques em praça na Vila Kennedy*. Publicado em: 09 Mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-derruba-quiocques-em-praca-na-vila-kennedy-22471980?versao=amp>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

OLIVEIRA, J. *Vila Kennedy: moradores lutam para sobreviver ao vírus em comunidade que lidera ranking de tiroteios*. Voz das Comunidades. Publicado em: 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/vila-kennedy-aula-de-solidariedade-e-consciencia-social-na-ausencia-do-estado/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RIOONWATCH. *Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) Vila Kennedy – Zona Oeste*. Publicado em: 23 mai. 2014. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=16510>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TEIXEIRA, P.; FREIRE, F.; LEITÃO, L.; MARTINS, M. A.; COELHO, H. *Polícia encontra 117 fuzis M-16 incompletos na casa de amigo do suspeito de atirar em Marielle e Anderson Gomes*. Portal G1. Publicado em: 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/policia-encontra-117-fuzis-m-16-na-casa-de-suspeito-de-atirar-em-marielle-e-anderson-gomes.ghtml>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

VALENTE, F. *STF mantém proibição de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro*. Consultor Jurídico. Publicado em: 05 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-ago-05/mantida-proibicao-operacoes-policiais-favelas-rj-durante-epidemia>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

VENUTO, J. A. *Amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. *Temáticas*, Campinas, vol. 22, n.44, ago.-dez., p. 203-220, 2014.

ZARUR, C. *Homem é baleado na praça da Vila Kennedy*. Publicado em: 12 set. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/homem-baleado-na-praca-da-vila-kennedy-23944251.html?versao=amp>> Acesso em 28 jun. 2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Registro do Consentimento Livre e Esclarecido para Moradores da Vila Kennedy (RJ) com 18 Anos de Idade ou Mais

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Necropolítica da população negra: uma análise sobre a violência armada no território da Vila Kennedy (RJ)”**, desenvolvida por Isadora Dias Carneiro, aluna do Curso Técnico em Biotecnologia, sob orientação do professor Marcello de Moura Coutinho da EPSJV/Fiocruz.

O objetivo central do estudo é partindo de uma pesquisa sobre o bairro Vila Kennedy (RJ) e a violência armada existente no mesmo, discutir e caracterizar o papel do Estado, partindo da análise dos conceitos de “racismo estrutural” e “necropolítica” em relação à população negra favelizada e periférica.

Os três primeiros participantes da pesquisa serão contatados mediante conhecimento pessoal da autora de estudantes, moradores e trabalhadores da Vila Kennedy. Os seguintes serão contatados seguindo a metodologia conhecida como “Bola de Neve” (um participante indica outros possíveis participantes). Pretende-se contar com cerca de 20 (vinte) participantes, distribuídos de forma proporcional, nas seguintes características: gênero (feminino / masculino); faixa etária (18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 41, 42 a 50, 52 ou mais); ocupação (nível fundamental, nível médio e nível superior); e, religião (católico, espírita e protestante / neopentecostal).

A participação nesta pesquisa é voluntária e não obrigatória. O convidado poderá decidir retirar sua participação a qualquer momento. Caso o convidado não deseje participar ou desistir da entrevista, não será penalizado de forma alguma. O risco de participação é considerado baixo, devido ao caráter sensível da temática da pesquisa e a impossibilidade de garantir a confidencialidade dos participantes, dado o uso de plataformas digitais nas entrevistas.

O convite aos participantes será realizado de forma individualizada, mediante o envio de um e-mail com apenas um remetente e um destinatário, conforme rege o Ofício Circular n. 2/21/ CONEP/SECNS/MS, item 2.1.1. A participação ocorrerá de forma virtual, por meio de entrevistas semiestruturadas de trinta minutos (no máximo) realizadas pela plataforma Google

Forms. Os arquivos serão armazenados em computadores com senha, fora da “nuvem”. As informações fornecidas poderão ser utilizadas nas análises da pesquisa, inclusive trechos na íntegra, porém sem a identificação nominal e, apenas pela autora e seu orientador. Qualquer dado/informação que possa gerar identificação dos participantes da entrevista será omitido na divulgação dos resultados dela. Sendo assim, os riscos de sua participação dizem respeito ao constrangimento pessoal em relação a perguntas do roteiro ou até mesmo o vazamento de alguma informação por meio eletrônico. Entretanto, o participante poderá optar por não responder, caso porventura se sinta constrangido e, quanto ao vazamento, além dos computadores com senha, as pastas e arquivos também terão acesso mediante senha.

Para a Resolução 510/16, Art. 6, VI e VII, são direitos dos participantes - buscar indenização pelo dano decorrente da pesquisa, o acesso aos resultados e, ainda, o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação.

Sua participação será de grande relevância para subsidiar a pesquisa, podendo contribuir diretamente para um estudo que visa somar esforços no combate à violência armada em áreas favelizadas e periféricas.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado. Os benefícios envolvidos na participação da entrevista consistem no fornecimento de informações que contribuirão tanto para a produção científica a respeito da temática.

Os resultados serão apresentados aos participantes por meio de um relatório de análises de dados. Caso seja do interesse do participante, também poderá ser enviado o trabalho completo após sua aprovação final.

As entrevistas serão a etapa de coleta de dados da pesquisa que será apresentada em formato de capítulo do TCC da EPSJV. Considera-se a adaptação deste texto para a publicação de artigos em revistas científicas, respeitando em todos os espaços o sigilo dos participantes.

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da EPSJV. O Comitê de Ética da EPSJV foi criado em 19 de dezembro de 2006, pela Portaria n.º 018/2006 DIR-EPSJV, e autorizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em 10 de abril de 2007 (Cf. Ofício n.º 583). Em essência, o propósito de um Comitê de Ética é zelar pelo respeito e proteção à dignidade e autonomia dos participantes das pesquisas, em sua dimensão física, moral e social. Faz parte da missão de um CEP garantir o direito ao consentimento livre e esclarecido para participação nos estudos, bem como a ponderação entre riscos e benefícios, tendo em vista os referenciais da bioética e da justiça social, dentre outros.

Pesquisador responsável: Marcello de Moura Coutinho.
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sala 301.
Fundação Oswaldo Cruz.
Av. Brasil 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.
CEP 21.040-900.
Telefone: (21) 3865-9720. E-mail: marcello.coutinho@fiocruz.br

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz.
Avenida Brasil, 4365 – contêiner 07 – Manguinhos.
Rio de Janeiro - Cep: 21040-360
Tel.: 3865-9809
E-mail: cep.epsjv@fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ de _____ de 2022.

Nome: _____.

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Moradores da Vila Kennedy (RJ) com 18 Anos de Idade ou Mais:

1. Em qual região da Vila Kennedy você mora?
2. O termo necropolítica surgiu com o filósofo Achille Mbembe. Ele conceitua “necropolítica” como: “O poder e a capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer”. Você já ouviu falar deste conceito de Achille Mbembe? Onde?
3. A instalação da UPP da Vila Kennedy ocorreu em 2014, e a mesma permaneceu até 2018. Durante esse período quais foram as mudanças foram notadas no território? Enquanto morador(a) você se sentiu mais seguro?
4. Durante o período pandêmico (2020) a Vila Kennedy, segundo a plataforma Fogo Cruzado, liderou o ranking entre os bairros do RJ que concentraram mais tiroteios. Você se sentiu afetado(a) com a violência armada durante esse período? Se sim, como.
5. Enquanto morador, como você enxerga a questão da violência armada no território da Vila Kennedy?
6. Quais seriam as possíveis soluções para a diminuição da violência armada no território da Vila Kennedy?
7. A violência existente no território impede o acesso à direitos básicos como: lazer, saúde e educação?
8. Como você percebe o papel do Estado na garantia de direitos e no enfrentamento da violência armada no território da Vila Kennedy?
9. Como você vê o papel desempenhado pelo Estado, por meio das forças policiais e o tráfico de drogas na Vila Kennedy? E, na sua opinião, o Estado é eficiente no modo de lidar com o tráfico de drogas?
10. Caso tivesse oportunidade, você gostaria de mudar de bairro?